



Tocantins Energias Renováveis S.A.
(CNPJ 44.942.847/0001)

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2023

Tocantins Energias Renováveis S.A.

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	2
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas	10

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos:
Acionistas e Administradores da
Tocantins Energias Renováveis S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Tocantins Energias Renováveis S.A.** (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da **Tocantins Energias Renováveis S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foram examinadas por nós ou por outro auditor independente. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de março de 2024.



Raphael Teixeira Maciel
Contador CRC 1SP- 302.257/O-5

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7

Tocantins Energias Renováveis S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado		
	Notas	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	84	2	398	383
Contas a receber de clientes	5	-	-	1.073	1.025
Tributos a recuperar	-	77	-	89	24
Outros ativos circulantes	-	-	-	51	58
Total do Ativo Circulante		161	2	1.611	1.490
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Investimentos	6	39.572	10.790	-	-
Imobilizado	7	-	-	39.901	41.096
Total do Ativo Não Circulante		39.572	10.790	39.901	41.096
Total do Ativo		39.733	10.792	41.512	42.586
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		-	-	232	66
Impostos correntes a pagar	8	21	-	1.138	930
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	9	-	-	430	-
Debêntures	10	2.374	-	2.374	30.798
Total Passivo Circulante		2.395	-	4.174	31.794
Não Circulante					
Debêntures	10	27.739	-	27.739	-
Total Passivo Não Circulante		27.739	-	27.739	-
Patrimônio Líquido					
Capital social	11	21.331	16.235	21.331	16.235
Prejuízos acumulados		(11.732)	(5.443)	(11.732)	(5.443)
Total Patrimônio Líquido		9.599	10.792	9.599	10.792
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		39.733	10.792	41.512	42.586

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Tocantins Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do resultado do exercício	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	12	-	-	6.058	4.997
Custo do serviço prestado	13	-	-	(2.554)	(1.770)
Resultado operacional bruto		-	-	3.504	3.227
Despesas e receitas operacionais					
Outras despesas e receitas operacionais	14	(3.745)	(47)	(3.978)	(591)
Resultado de equivalência patrimonial	6	1.347	(5.395)	-	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(2.398)	(5.442)	(474)	2.636
Despesas financeiras	15	(4.212)	(1)	(5.570)	(8.096)
Receitas financeiras	15	321	-	322	17
Resultado financeiro líquido		(3.891)	(1)	(5.248)	(8.079)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(6.289)	(5.443)	(5.722)	(5.443)
Contribuição social	9	-	-	(182)	-
Imposto de renda	9	-	-	(385)	-
Prejuízo líquido do exercício		(6.289)	(5.443)	(6.289)	(5.443)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Tocantins Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidada	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do exercício	(6.289)	(5.443)	(6.289)	(5.443)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício	(6.289)	(5.443)	(6.289)	(5.443)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Tocantins Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Constituição de capital social - 20 de janeiro de 2022		1	-	1
Subscrição e integralização de capital	11	16.234		16.234
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(5.443)	(5.443)
Saldo em 31 dezembro 2022		16.235	(5.443)	10.792
Subscrição e integralização de capital	11	5.096	-	5.096
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(6.289)	(6.289)
Saldo em 31 dezembro 2023		21.331	(11.732)	9.599

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Tocantins Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo líquido do exercício		(6.289)	(5.443)	(5.722)	(5.443)
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>					
Depreciação / Amortização	7	-	-	1.297	1.252
Juros sobre debêntures tomados		5.196	-	6.332	7.416
Equivalência Patrimonial	6	(1.347)	5.395	-	-
Prejuízo líquido do exercício		(2.440)	(48)	1.907	3.225
Variações dos Ativos e Passivos operacionais					
Contas a receber de clientes		-	-	(48)	(573)
Contas a receber - parte relacionada		-	-	-	253
Adiantamentos		-	-	7	(45)
Tributos a recuperar		(77)	-	(65)	4
Fornecedores e outras contas a pagar		-	-	166	(65)
Impostos correntes a pagar		21	-	208	504
Contas a pagar - partes relacionadas		-	-	-	(253)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(137)	-
Caixa líquido usado nas (gerado pelas) atividades operacionais		(2.495)	(48)	2.038	3.050
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aumento de investimento	6	(27.435)	(7.651)	-	-
Aquisição de imobilizado	7	-	-	(102)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(27.435)	(7.651)	(102)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Recursos provenientes de debêntures	10	30.438	-	30.438	-
Pagamento de debêntures	10	(4.825)	-	(34.724)	(7.119)
Juros pagos de debêntures	10	(696)	-	(2.731)	(3.293)
Recursos provenientes da emissão de cotas de capital	11	5.096	7.701	5.096	7.701
Caixa líquido gerado (usado nas) pelas atividades de financiamento		30.012	7.701	(1.921)	(2.711)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		82	2	15	339
Varição do caixa e equivalentes de caixa					
No início do período		2	-	383	44
No final do período		84	2	398	383
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		82	2	15	339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Tocantins Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Informações sobre a Companhia

A Tocantins Energias Renováveis S.A. “Companhia” é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 20 de janeiro de 2022 com capital inicial de R\$1, domiciliada no Brasil na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek nº 2.041, andar 20, torre D, sala 40, no bairro Vila Nova Conceição, CEP: 04543-011. O objeto social consiste na participação no capital de outras sociedades empresárias, como sócia, acionista ou quotista, no Brasil e/ou exterior.

Em março de 2022 a Companhia se tornou acionista nas empresas LS Energia GD I S.A., LS Energia GD II S.A., LS Energia GD III S.A., LS Energia GD IV S.A. e LS Energia GD V S.A. As demonstrações individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo”). A participação da Companhia em suas controladas é de 100%.

1.2. Informações sobre as controladas

LS Energia GD I S.A.

A LS Energia GD I S.A. “GD I” é uma sociedade por ações de capital fechado. Foi constituída em 09 de setembro de 2019 e tem como única acionista a Tocantins Energia Renováveis S.A. Está domiciliada no Brasil na cidade de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins, na Fazenda Samambaia, Lotes 32, 33 e 43 do Loteamento Mearim, localizado às Margens da Rodovia TO-342, S/N (a 5 Km sentindo Miracema a Miranorte), Canteiro I, Zona Rural, CEP: 77650-000. O objeto social consiste na prestação de serviço de manutenção e reparação de usina produtora de energia elétrica, incluindo geradores, transformadores e motores elétricos, coordenação e controle da operação da geração de energia elétrica, medição de geração e consumo de energia elétrica, prestação de serviços de engenharia, locação e arrendamento de bens imóveis, locação de bens e equipamentos relacionados aos serviços prestados.

Desempenho operacional e gestão financeira

Em 16 de dezembro de 2020, a Companhia assinou contrato com a Saneatins Companhia de Saneamento do Tocantins, por meio de celebração de Acordo de Desenvolvimento de Central Geradora Fotovoltaica, o desenvolvimento e implantação de 1 (um) Sistema de Geração Distribuída (SGD), com o objetivo de gerar energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica e compensar tal energia elétrica gerada pelo Sistema de Geração Distribuída SGD com o consumo de suas unidades consumidoras próprias localizadas no Estado do Tocantins, conforme previsto na Resolução Normativa nº 482, de 17.04.2012, expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, conforme alterada (“REN 1059/2023”). O Contrato tem por objeto a prestação dos serviços de operação e manutenção do Sistema de Geração Distribuída SGD, bem como os serviços de gestão e compensação dos créditos das unidades consumidoras junto a Concessionária Saneatins.

Tocantins Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

LS Energia GD II S.A.

A LS Energia GD II S.A. “GD II” é uma sociedade por ações de capital fechado. Foi constituída em 09 de setembro de 2019 e tem como acionista controlador a Tocantins Energia Renováveis S.A. Está domiciliada no Brasil na cidade de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins, na Fazenda Samambaia, Lotes 32, 33 e 43 do Loteamento Mearim, localizado às Margens da Rodovia TO-342, S/N (a 5 Km sentindo Miracema a Miranorte), Canteiro II, Zona Rural, CEP: 77650-000. O objeto social consiste na prestação de serviço de manutenção e reparação de usina produtora de energia elétrica, incluindo geradores, transformadores e motores elétricos, coordenação e controle da operação da geração de energia elétrica, medição de geração e consumo de energia elétrica, prestação de serviços de engenharia, locação e arrendamento de bens imóveis, locação de bens e equipamentos relacionados aos serviços prestados.

Desempenho operacional e gestão financeira

Em 16 de dezembro de 2020, a Companhia assinou contrato com a Saneatins Companhia de Saneamento do Tocantins, por meio de celebração de Acordo de Desenvolvimento de Central Geradora Fotovoltaica, o desenvolvimento e implantação de 1 (um) Sistema de Geração Distribuída (SGD), com o objetivo de gerar energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica e compensar tal energia elétrica gerada pelo Sistema de Geração Distribuída SGD com o consumo de suas unidades consumidoras próprias localizadas no Estado do Tocantins, conforme previsto na Resolução Normativa nº 482, de 17.04.2012, expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, conforme alterada (“REN 1059/2023”). O Contrato tem por objeto a prestação dos serviços de operação e manutenção do Sistema de Geração Distribuída SGD, bem como os serviços de gestão e compensação dos créditos das unidades consumidoras junto a Concessionária Saneatins.

LS Energia GD III S.A.

A LS Energia GD III S.A. “GD III” é uma sociedade por ações de capital fechado. Foi constituída em 09 de setembro de 2019 e tem como acionista controlador a Tocantins Energia Renováveis S.A. A Companhia está domiciliada no Brasil na cidade de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins, na Fazenda Samambaia, Lotes 32, 33 e 43 do Loteamento Mearim, localizado às Margens da Rodovia TO-342, S/N (a 5 Km sentindo Miracema a Miranorte), Canteiro III, Zona Rural, CEP: 77650-000. O objeto social consiste na prestação de serviço de manutenção e reparação de usina produtora de energia elétrica, incluindo geradores, transformadores e motores elétricos, coordenação e controle da operação da geração de energia elétrica, medição de geração e consumo de energia elétrica, prestação de serviços de engenharia, locação e arrendamento de bens imóveis, locação de bens e equipamentos relacionados aos serviços prestados.

Desempenho operacional e gestão financeira

Em 16 de dezembro de 2020, a Companhia assinou contrato com a Saneatins Companhia de Saneamento do Tocantins, por meio de celebração de Acordo de Desenvolvimento de Central Geradora Fotovoltaica, o desenvolvimento e implantação de 1 (um) Sistema de Geração Distribuída (SGD), com o objetivo de gerar energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica e compensar tal energia elétrica gerada pelo Sistema de Geração Distribuída SGD com o consumo de suas unidades consumidoras próprias localizadas no Estado do Tocantins, conforme previsto na Resolução Normativa nº 482, de 17.04.2012, expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, conforme alterada (“REN 1059/2023”).

Tocantins Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Contrato tem por objeto a prestação dos serviços de operação e manutenção do Sistema de Geração Distribuída SGD, bem como os serviços de gestão e compensação dos créditos das unidades consumidoras junto a Concessionária Saneatins.

LS Energia GD IV S.A.

A LS Energia GD IV S.A. “GD IV” é uma sociedade por ações de capital fechado. Foi constituída em 09 de setembro de 2019 e tem como acionista controlador a Tocantins Energia Renováveis S.A. A Companhia está domiciliada no Brasil na cidade de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins, na Fazenda Samambaia, Lotes 32, 33 e 43 do Loteamento Mearim, localizado às Margens da Rodovia TO-342, S/N (a 5 Km sentindo Miracema a Miranorte), Canteiro IV, Zona Rural, CEP: 77650-000. O objeto social consiste na prestação de serviço de manutenção e reparação de usina produtora de energia elétrica, incluindo geradores, transformadores e motores elétricos, coordenação e controle da operação da geração de energia elétrica, medição de geração e consumo de energia elétrica, prestação de serviços de engenharia, locação e arrendamento de bens imóveis, locação de bens e equipamentos relacionados aos serviços prestados.

Desempenho operacional e gestão financeira

Em 16 de dezembro de 2020, a Companhia assinou contrato com a Saneatins Companhia de Saneamento do Tocantins, por meio de celebração de Acordo de Desenvolvimento de Central Geradora Fotovoltaica, o desenvolvimento e implantação de 1 (um) Sistema de Geração Distribuída (SGD), com o objetivo de gerar energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica e compensar tal energia elétrica gerada pelo Sistema de Geração Distribuída SGD com o consumo de suas unidades consumidoras próprias localizadas no Estado do Tocantins, conforme previsto na Resolução Normativa nº 482, de 17.04.2012, expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, conforme alterada (“REN 1059/2022”). O Contrato tem por objeto a prestação dos serviços de operação e manutenção do Sistema de Geração Distribuída SGD, bem como os serviços de gestão e compensação dos créditos das unidades consumidoras junto a Concessionária Saneatins.

LS Energia GD V S.A.

A LS Energia GD S. A. “GD V” é uma sociedade por ações de capital fechado. Foi constituída em 09 de setembro de 2019 e tem como acionista controlador a Tocantins Energia Renováveis S.A. A Companhia está domiciliada no Brasil na cidade de Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins, na Fazenda Samambaia, Lotes 32, 33 e 43 do Loteamento Mearim, localizado às Margens da Rodovia TO-342, S/N (a 5 Km sentindo Miracema a Miranorte), Canteiro V, Zona Rural, CEP: 77650-000. O objeto social consiste na prestação de serviço de manutenção e reparação de usina produtora de energia elétrica, incluindo geradores, transformadores e motores elétricos, coordenação e controle da operação da geração de energia elétrica, medição de geração e consumo de energia elétrica, prestação de serviços de engenharia, locação e arrendamento de bens imóveis, locação de bens e equipamentos relacionados aos serviços prestados.

Tocantins Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desempenho operacional e gestão financeira

Em 16 de dezembro de 2020, a Companhia assinou contrato com a Saneatins Companhia de Saneamento do Tocantins, por meio de celebração de Acordo de Desenvolvimento de Central Geradora Fotovoltaica, o desenvolvimento e implantação de 1 (um) Sistema de Geração Distribuída (SGD), com o objetivo de gerar energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica e compensar tal energia elétrica gerada pelo Sistema de Geração Distribuída SGD com o consumo de suas unidades consumidoras próprias localizadas no Estado do Tocantins, conforme previsto na Resolução Normativa nº 482, de 17.04.2012, expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, conforme alterada (“REN 1059/2023”). O Contrato tem por objeto a prestação dos serviços de operação e manutenção do Sistema de Geração Distribuída SGD, bem como os serviços de gestão e compensação dos créditos das unidades consumidoras junto a Concessionária Saneatins.

Controladas	% de investimento
LS Energia GD I S.A.	100%
LS Energia GD II S.A.	100%
LS Energia GD III S.A.	100%
LS Energia GD IV S.A.	100%
LS Energia GD V S.A.	100%

2. Apresentação das demonstrações individuais e consolidadas

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 18 de março de 2024. Após sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

2.3. Moeda funcional

Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional do Grupo, os montantes apresentados foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Tocantins Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

3. Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

3.1 Base de consolidação e investimento em controladas

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023.

O controle é obtido quando a Companhia está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

As controladas são consolidadas integralmente, a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

- Eliminação do patrimônio líquido das controladas;
- Eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e
- Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas empresas coincide com o da controladora.

3.2. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

i) *Classificação e mensuração*

Conforme o CPC 48, os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado ("CA"); ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

Tocantins Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. O Grupo apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado (“VJR”)

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”)

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, com a finalidade tanto de receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e ativos que deem origem em datas especificadas à pagamentos de principal e juros.

Custo amortizado (“CA”)

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao contas a receber de clientes.

ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*

Conforme o CPC 48 o modelo de “perdas esperadas” se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

iii) *Baixa de ativos financeiros*

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Tocantins Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros estão descritos a seguir:

Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Debêntures

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço.

3.2.1. Caixa e equivalente de caixa

Mensurados a valor justo por meio do resultado, o caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.3. Contas a receber de clientes

Apresentado ao valor contábil, não sendo aplicável o ajuste a valor presente. A Administração, fundamentada em análise de históricos de perdas, constitui provisão para perdas esperada de créditos de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização do contas a receber

As provisões são constituídas pelos montantes considerados suficientes para cobertura de eventuais perdas, observando a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações.

Tocantins Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

3.5. Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. "Art. 202. os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto que é de 25%. A parcela não inferior a 25% do lucro líquido ajustado com as destinações de reservas obrigatórias.

3.6. Imobilizado

3.6.1.Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos do ativo imobilizado correspondem aos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, mão de obra e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outros resultados operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos e que o custo possa ser medido de forma confiável e baixado o valor contábil do componente repostado por outro. E, quanto aos custos de manutenção, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

3.6.2 Depreciação

A depreciação é calculada utilizando o método linear baseado na menor taxa entre a vida útil estimada dos bens e o prazo do Contrato de Serviços com a Saneatins, reduzido do prazo de construção, consequentemente o prazo é de 33 anos. A depreciação é reconhecida no resultado como custo de operação. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Tocantins Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.8. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

3.8.1. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

Quando evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.9. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional do Grupo;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal do Grupo;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- O Grupo não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Tocantins Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.10. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

3.11. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. O Grupo classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo, pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.12. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos da Companhia são calculados com base no lucro real, a alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

As controladas são optantes pelo regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 32%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 32%.

3.13. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos.

3.14. Pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações novas e revisadas

3.14.1. Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas e revisões as normas já existentes.

Tocantins Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As alterações dos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis, sendo as principais:

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	IFRS 17	01.01.2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis	IAS 1	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IAS 8	01.01.2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	IAS 12	01.01.2023

3.14.2. Pronunciamentos contábeis ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia não espera impactos relevantes decorrentes da adoção das referidas normas.

Norma	Correlação IFRS / IAS	Vigência a partir de
CPC 06 - Arrendamentos	IFRS 16	01.01.2024
CPC 26 (R1) Apresentação das demonstrações contábeis	IAS 1	01.01.2024
CPC 03 (R1) Demonstrações do fluxo de caixa	IFRS 7	01.01.2024

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	1	1	6	6
Banco (i)	-	-	308	373
Aplicações financeiras (ii)	83	1	84	4
Total	84	2	398	383

(i) Saldo de recursos em banco compreende a depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato.

(ii) Os Certificados de Depósitos Bancários estão indexados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e podem ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa, sem penalidade de juros e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia. A taxa de remuneração da aplicação em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de até 100% do CDI.

5. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Locação	522	284
Serviços	551	741
Total	1.073	1.025

O grupo possui saldos a receber em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 1.073 (R\$ 1.025 em 2022) cujo vencimento se dará em até 60 dias. Não havendo histórico de perdas com as contas a receber, portanto não se faz necessária a constituição de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa.

Tocantins Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Investimentos

a) Controladora

A composição e movimentação do investimento é como segue:

Controladas	% de investimento	31/12/2023	31/12/2022
LS Energia GD I S.A.	100%	7.814	1.990
LS Energia GD II S.A.	100%	7.963	2.134
LS Energia GD III S.A.	100%	7.851	2.055
LS Energia GD IV S.A.	100%	8.053	2.476
LS Energia GD V S.A.	100%	7.891	2.135
		39.572	10.790

Movimentação do Investimento

	GD I	GD II	GD III	GD IV	GD V	Total
Saldo em 20/01/2022	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital com ativo das controladas	1.674	1.826	1.586	1.725	1.723	8.534
Aumento de capital	1.383	1.250	1.402	1.961	1.655	7.651
Resultado de equivalência patrimonial	(1.067)	(942)	(933)	(1.210)	(1.243)	(5.395)
Saldo em 31/12/2022	1.990	2.134	2.055	2.476	2.135	10.790
Aumento de capital	6.317	5.406	5.381	5.158	5.315	27.435
Capital a integralizar	(142)	-	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(351)	423	415	419	441	1.347
Saldo em 31/12/2023	7.814	7.963	7.851	8.053	7.891	39.572

Demonstrações contábeis resumidas das controladas

A seguir encontram-se os valores com base nas demonstrações contábeis individuais das controladas:

	31/12/2023					31/12/2022				
	GD I	GD II	GD III	GD IV	GD V	GD I	GD II	GD III	GD IV	GD V
Ativo										
Circulante	352	313	311	237	239	332	329	322	246	260
Não Circulante	7.785	7.963	7.867	8.203	8.083	8.038	8.223	8.123	8.470	8.243
Total do ativo	8.137	8.276	8.178	8.440	8.322	8.370	8.552	8.445	8.716	8.503
Passivo										
Circulante	323	313	327	387	431	6.380	6.418	6.390	6.239	6.367
Não Circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Patrimônio líquido	7.814	7.963	7.851	8.053	7.891	1.990	2.134	2.055	2.476	2.135
Total do passivo	8.137	8.276	8.178	8.440	8.322	8.370	8.552	8.445	8.716	8.503
Resultado do exercício	(351)	423	415	419	441	(1.067)	(942)	(933)	(1.210)	(1.243)
Percentual de investimento	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

7. Imobilizado

Consolidado

Composição e movimentação dos saldos:

	Taxa depreciação	Custo acumulado	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2022	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Máquinas e equipamentos	3,03%	42.540	(1.444)	41.096	102	(1.297)	39.901
Total		42.540	(1.444)	41.096	102	(1.297)	39.901

Tocantins Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxa depreciação	Custo acumulado	Depreciação acumulada	Saldo em 31/12/2021	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Máquinas e equipamentos	3,03%	42.540	(192)	42.348	-	(1.252)	41.096
Total		42.540	(192)	42.348	-	(1.252)	41.096

A Administração analisa periodicamente a possibilidade de existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável. O ativo imobilizado da Companhia, após análise interna da Administração, não apresentou indício de perda, desvalorização ou dano fixo que pudesse comprometer o seu fluxo de caixa futuro. Dessa forma, a Administração da Companhia não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor recuperável desses grupos de ativos nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

8. Impostos correntes a pagar

	Controlada	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
PIS a recolher	5	134	96
COFINS a recolher	-	597	442
ICMS a recolher	-	264	264
ISS a recolher	-	10	12
INSS a recolher	-	107	107
Retidos a recolher	16	26	9
Total	21	1.138	930

9. Imposto de renda e contribuição social a pagar

A despesa de imposto de renda e contribuição social das controladas, apropriada no resultado do período, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

Consolidado	31/12/2023
Receita operacional	6.307
Base presunção IRPJ/CSLL 32%	(2.018)
Despesa de IRPJ	385
Despesa de CSLL	182
Total de despesas IRPJ/CSLL	567
Passivo	
Impostos calculados	567
Impostos compensados	(7)
IRPJ/CSLL pagos no período	(130)
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	430

Tocantins Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Debêntures

a) A composição das debêntures e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	31/12/2023	31/12/2022	Vencimento	Periodicidade Amortização	Taxa efetiva de juros
Tocantins - 1ª emissão de debêntures (i)	30.113	-	12/01/2035	Mensal	IPCA
Controladora	30.113	-			
GD I - 1ª emissão de debêntures (ii)	-	6.234	28/02/2023	Mensal	DI +10%
GD II - 1ª emissão de debêntures (ii)	-	6.234	28/02/2023	Mensal	DI +10%
GD III - 1ª emissão de debêntures (ii)	-	6.234	28/02/2023	Mensal	DI +10%
GD IV - 1ª emissão de debêntures (ii)	-	5.975	28/02/2023	Mensal	DI +10%
GD V - 1ª emissão de debêntures (ii)	-	6.121	28/02/2023	Mensal	DI +10%
Consolidado	30.113	30.798			

(i) Em 22 de dezembro de 2022 a Companhia realizou a emissão de certificados de recebíveis imobiliários, com a integralização em 04 de janeiro de 2023 de 30.438 notas comerciais de valor unitário de R\$1 (mil reais), não conversíveis em ações e com garantia real e garantia fidejussória adicional, com amortização do valor nominal unitário atualizado, em parcelas mensais e consecutivas. As notas comerciais terão prazo de vencimento em janeiro de 2035 e remunerada pela taxa IPCA +9.50% a.a.

(ii) Em março de 2023 as investidas realizaram as amortizações da totalidade das debêntures com a utilização de recursos recebidos através de aporte de capital da controladora Tocantins Energias Renováveis S.A.

b) Os valores são demonstrados como seguem:

Empresa / Operação	31/12/2022	Aquisição de empréstimos	Despesa de Juros	Pagamento de Principal	Pagamentos de Juros	31/12/2023
Tocantins - 1ª emissão de debêntures	-	30.438	5.196	(4.825)	(696)	30.113
Controladora	-	30.438	5.196	(4.825)	(696)	30.113
GD I - 1ª emissão de debêntures	6.234	-	230	(6.055)	(409)	-
GD II - 1ª emissão de debêntures	6.234	-	230	(6.055)	(409)	-
GD III - 1ª emissão de debêntures	6.234	-	230	(6.055)	(409)	-
GD IV - 1ª emissão de debêntures	5.975	-	220	(5.709)	(486)	-
GD V - 1ª emissão de debêntures	6.121	-	226	(6.025)	(322)	-
Consolidado	30.798	30.438	6.332	(34.724)	(2.731)	30.113
Total circulante	30.798					2.374
Total não circulante	-					27.739

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures	29.972	-	29.972	29.892
Juros sobre Debêntures	141	-	141	906
Total	30.113	-	30.113	30.798
Total circulante	2.374	-	2.374	30.798
Total não circulante	27.739	-	27.739	-

Vencimento antecipado

A Companhia obriga-se a cumprir determinadas cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras sob pena de ter decretado o vencimento antecipado de suas dívidas.

Tocantins Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e até a aprovação e emissão destas demonstrações financeiras, conforme análise da Administração, a Companhia estava adimplente com todas as cláusulas de vencimento antecipado.

11. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$21.331 (31 de dezembro de 2022: R\$16.235) e está representado por 21.331.000 (31 de dezembro de 2022: 16.235.000) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, detidas integralmente pela LC Energia Renovável Holding S.A.

	31/12/2023			31/12/2022		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
LC Energias Renovável Holding S.A.	21.331.000	21.331	100%	16.235.000	16.235	100%
	21.331.000	21.331	100%	16.235.000	16.235	100%

Reserva Legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

A Companhia no ano de 2023 não constituiu reserva legal devido ter auferido prejuízo no exercício.

Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25%, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e posteriores alterações, e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. O saldo remanescente terá destinação deliberada em Assembleia Geral.

A Companhia no ano de 2023 por ter auferido prejuízo no exercício não terá distribuição de dividendos mínimos obrigatórios.

Reserva de lucro

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

Em 2023 a Companhia auferiu prejuízo, com isso não houve constituição da reserva de lucro.

Tocantins Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Receita operacional líquida

Os valores são demonstrados como segue:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Locação	5.700	5.534
Serviços	607	-
	6.307	5.534
PIS	(41)	(91)
COFINS	(189)	(420)
ISS	(18)	(26)
	(248)	(537)
Total da receita líquida	6.058	4.997

13. Custo do serviço prestado

Os valores são demonstrados como segue:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Custo com serviços tomados de terceiros (i)	(1.255)	(515)
Custo com depreciação	(1.297)	(1.252)
Demais custos	(2)	(3)
Total	(2.554)	(1.770)

i) Os serviços tomados referem-se principalmente aos custos com pessoas jurídicas como: serviços advocatícios, consultoria e assessoria e serviços administrativos.

14. Outras despesas e receitas operacionais

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com serviços de pessoa jurídica (i)	(3.583)	(35)	(3.709)	(221)
Despesas administrativas	(56)	(10)	(84)	(49)
Outros serviços de terceiros	(95)	-	(139)	(292)
Impostos e taxas	(11)	(2)	(46)	(29)
	(3.745)	(47)	(3.978)	(591)

(i) O montante refere-se basicamente a serviços de assessoria e consultoria para estruturação da oferta.

Tocantins Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Resultado financeiro líquido

Os valores são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Rendimento financeiro	337	-	337	7
Receita com descontos	-	-	-	11
PIS sobre receitas financeiras	(2)	-	(2)	-
COFINS sobre receitas financeiras	(14)	-	(13)	(1)
Receitas financeiras	321	-	322	17
Despesa com juros	(4.198)	-	(5.329)	(7.813)
Multa	(4)	-	(193)	(204)
Tarifas bancárias	(8)	(1)	(45)	(78)
Demais despesas financeiras	(2)	-	(3)	(1)
Despesas financeiras	(4.212)	(1)	(5.570)	(8.096)
Resultado financeiro líquido	(3.891)	(1)	(5.248)	(8.079)

16. Efeitos não caixa nas atividades de investimentos

Segue movimentação referente a transação sem efeito caixa na rubrica de aquisição de investimentos.

	31/12/2023	31/12/2022
Variação Balanço	(28.782)	10.790
Variação DFC	27.435	(7.651)
Diferença	(1.347)	3.139
Composição da diferença de transação sem efeito caixa		
Resultado de equivalência	(1.347)	(5.395)
Aquisição de investimentos através da transferência de cotas	-	8.534
Total	(1.347)	3.139

17. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Nível	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado					
Caixa e equivalentes de caixa	1	84	2	398	383
Ativos mensurados pelo custo amortizado					
Contas a receber de clientes		-	-	1.073	1.025
Passivo mensurados pelo custo amortizado					
Fornecedores		-	-	232	66
Debêntures		30.113	-	30.113	30.798

Tocantins Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração dos instrumentos financeiros do Grupo é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle do Grupo é previamente aprovada pela Administração.

O Grupo classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros do Grupo, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual.

17.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco de taxas de juros, risco operacional e risco de capital.

Risco de crédito

Esse risco é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

O Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de liquidez

É o risco de o Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração do Grupo por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento do Grupo.

Tocantins Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de o Grupo efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias.

O Grupo tem como objetivo a manutenção e constante atualização de seus processos, minimizando, assim, os riscos operacionais e consequentemente reduzindo os eventuais impactos no fluxo financeiro, e danos à sua reputação buscando eficácia de custos para evitar qualquer restrição operacional.

Risco de capital

O Grupo administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

17.2. Gestão do capital

O Grupo utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, o Grupo monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas.

Tocantins Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Eventos subsequentes

Até a emissão das demonstrações contábeis, não houve eventos subsequentes relevantes que requeressem a contabilização ou divulgação nessas demonstrações.

Diretoria

Nilton Bertuchi
Diretor

Roberto Bocchino Ferrari
Diretor

Responsável técnico pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC RJ-092.334/O-9